



ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELOS MÉDICOS ESPECIALISTAS DO CIMSA (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE), CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, EXCETO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER RENOVADO ATÉ O LIMITE LEGAL A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE BIRIGUI - ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** E A **EMPRESA**

Chamada Pública/2017

Edital/2017

Pelo presente instrumento, de um lado o **Município de Birigui**, com sede à Rua _____ n.º __, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, o Sr. **CRISTIANO SALMEIRÃO**, portador do R.G. n.º, inscrito no CPF/MF sob o n.º....., por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde** com sede nesta cidade, na Rua _____ n.º __, Bairro _____, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. **GILMAR TRECCO CAVACA**, portador do R.G.nº, inscrito no CPF/MF sob o n.º.....; e de outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na Rua, na cidade de, CEP:, neste ato representada por seu, o Sr., portador da cédula de identidade RG n.º e do CPF n.º, ao final assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, e tendo em vista o que dispõe os artigos 196 e 200 da Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os artigos 218 e seguintes, as Leis n.ºs 8.080/90 e 8.142/90, a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas atualizações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO** de prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



1.1. O objeto do presente contrato derivativo da Chamada Pública supra consiste no CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELOS MÉDICOS ESPECIALISTAS DO CIMSA (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE), CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DIAGNÓSTICO – CEMADI, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER, SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – SAE DST/AIDS, ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, EXCETO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE DOS SERVIÇOS

2.1. Define-se o valor limite para dispêndio da contratação a quantia de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) mensais, dividido de acordo com os exames realizados, definidos mediante a **escolha dos Municípios/Pacientes** que, ao seu alvedrio, poderão optar por qual laboratório queiram realizar os exames, desde que esteja devidamente credenciado para aquele exame.

2.2. Este valor será utilizado para pagamento de todas contratadas segundo os exames que as mesmas realizaram, ficando a cargo do Departamento de Enfermagem o controle para que o montante não ultrapasse o mês nos termos da cláusula “DO CONTROLE DE EXAMES REALIZADOS”.

2.3. No caso de não se atingir o limite definido de R\$ 140.000,00, o valor residual não será acrescido no(s) mês(es) seguinte(s).

2.4. À contratada não caberá reclamar acerca do quantitativo de exames realizados em detrimento de outra contratada, uma vez que a escolha serão dos Municípios/Pacientes, e não da Prefeitura.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS

3.1. A dotação orçamentária para as despesas decorrentes desta licitação será das fichas: 463 (fonte 1) e 464 (fonte 5).

3.2. Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem do recurso orçamentário indicado na cláusula anterior é municipal (ficha 463) e federal (464).

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES DOS EXAMES

4.1. Os valores a serem pagos pela Prefeitura Municipal de Birigui seguirá de acordo com a Tabela de Preços praticados pelo SUS – Sistema Único de Saúde, passando esta a ser a referência para execução do objeto deste edital, especialmente no que se refere aos códigos, nomenclaturas e especificações de valores.



CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1. Por ser o valor contratual vinculado à Tabela de Preços do SUS – Sistema Único de Saúde, todo e qualquer reajustamento somente se dará no caso do Ministério da Saúde vier a alterar os valores de sua Tabela, passando a vigor o valor novo determinado pelo SUS, medida que implica em aceitação tanto da Credenciada como da Municipalidade.

5.2. Eventual alteração promovida pelo Ministério da Saúde não implicará em aumento ou redução do valor estabelecido pela Prefeitura para desembolso mensal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE CONTRATO

6.1. O prazo de vigência dos contratos oriundos do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RENOVAÇÕES

7.1. O contrato firmado terá vigência original de 12 (doze) meses, podendo ser renovado sempre por mais 12 (doze) meses desde que haja interesse e conveniência do Município, até o limite total de 60 (sessenta) meses entre prazo original e renovações.

7.2. Uma vez credenciada, a empresa deverá cumprir com as obrigações assumidas pelo período do contrato, sendo-lhe facultada a não renovação caso assim quera, mediante solicitação de descredenciamento protocolada junto à Comissão dos Gestores do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao vencimento do prazo contratual (ou sua renovação).

7.3. Renovado o prazo do contrato à empresa contratada restará obrigada a cumprir todas as condições da avença até a próxima renovação, quando então, se assim o desejar, poderá solicitar seu descredenciamento na forma e no prazo acima descrito.

7.4. Em toda renovação a contratada deverá apresentar obrigatoriamente certidão de regularidade perante a Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, sob pena de não ser procedida a renovação.

CLÁUSULA OITAVA - DO(S) PAGAMENTOS(S)

8.1. O pagamento será mensalmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços solicitados, mediante apresentação de relatório de todos os exames executados no mês anterior e conferidos pela Secretaria de Saúde, da respectiva apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, documentos fiscais e de cobrança, certidão de regularidade perante Seguridade Social e FGTS, nos quais deverão constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço(OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.



8.2. Para agilidade da conferência e evitar atrasos nos pagamentos, as credenciadas deverão apresentar ao Departamento de Enfermagem conforme cronograma abaixo a relação dos exames realizados, com a sua descrição, código SUS, quantidade, valor unitário e total para confrontamento com os envios diários, fazendo juntar ainda todas as guias para checagem da compatibilidade e presença da assinatura dos pacientes.

8.3. Cronograma será:

- 8.3.1. - 1º relatório – enviar entre o dia 11 e 13 – todos os exames realizados entre o dia 01 ao 10;
- 8.3.2. - 2º relatório – enviar entre o dia 21 e 23 – todos os exames realizados entre o dia 11 ao 20;
- 8.3.3. - 3º relatório – enviar entre o dia 01 e 03 – todos os exames realizados entre o dia 21 ao 31.

8.4. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais, certidões, e guias para conferência contenham vícios e incorreções.

CLÁUSULA NONA - DOS GESTORES DO(S) CONTRATO(S)

9.1. Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam definidos como gestores os servidores abaixo, lotados na Secretaria de Saúde, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual:

- **LUIZ HENRIQUE DO CARMO MARTINS**
Diretor Departamento Médico e Enfermagem
Enfermeiro- COREN
CPF 359.431.178-30
- **SANDRA ANGELINA MARI LOURENÇO MACHADO**
Enfermeira- COREN
CPF 085.037.748-01
- **GIOVANNA FRANCINE VERONEZE DOURADO**
Enfermeira – COREN
CPF 355.200.668-09

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE DE EXAMES REALIZADOS

10.1. O controle da quantidade de exames realizados a fim de não ultrapassar o teto definido mensalmente pela Prefeitura será feito pelo Departamento de Enfermagem da Secretaria de Saúde de Birigui, mediante às **informações repassadas pela(s) empresa(s) credenciadas diariamente.**

10.2. Fica a contratada incumbida de enviar DIARIAMENTE, no período da manhã, em ambos os e-mails: convenios.saude@birigui.sp.gov.br deptomedico@birigui.sp.gov.br, a relação de todos os exames realizados no dia anterior, contendo a descrição do exame com a quantidade dos mesmos, os respectivos valores individuais e totais gerados no dia.



10.3. Caso a(s) contratada(s) deixe(m) de apresentar tais relatórios diariamente, ocasionando a extrapolação do valor mensal atribuído pela Municipalidade como teto pela falta da informação, a(s) empresa(s) que deu(ram) causa ao fato não terá(ão) direito ao recebimento do valor dos exames realizados fora do limite financeiro imposto pelo Município, não gerando indenização de qualquer espécie em favor da(s) credenciada(s). No caso da(s) contratada(s) comprovar(em) ter cientificado a Municipalidade, a esta terá o direito de recebimento de tais exames realizados.

10.4. Verificada a possibilidade de atingimento do teto definido pelo Município, o Departamento de Enfermagem deverá expedir comunicado à(s) credenciada(s) para suspensão dos exames a fim de evitar que seja ultrapassada a cota mensal, fato em que as credenciadas deverão suspender a realização dos serviços, podendo reagendar, em sendo possível, a realização do exame para o próximo período mensal.

10.5. O período de referência para controle do teto financeiro será do primeiro dia do mês até o último dia do mês.

10.6. Todas as guias SADT de exames realizados deverão conter a assinatura do paciente referente a cada exame realizado, carimbo do mês em vigência, carimbo do Diretor do Departamento Médico e Enfermagem, carimbo da Unidade Solicitante, carimbo e assinatura médica, carimbo da Prefeitura com CNPJ, carimbo e assinatura do Técnico de Enfermagem, e isento de rasuras. **A ausência da assinatura ensejará o não pagamento do exame realizado pela credenciada.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto da presente licitação será recebido:

11.1.1. Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

11.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações do Edital, verificação da qualidade e quantidade e conseqüente aceitação.

11.2. Será rejeitado no recebimento, o serviço realizado com especificações, definições, resultados, e outros identificadores diferentes das requisitadas e informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos abaixo.

11.3. Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante poderá:

11.3.1. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando nova realização do exame ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.3.1.1. na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

11.3.2. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



11.3.2.1. na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

11.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da qualidade e/ou quantidade e das especificações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. As eventuais sanções por descumprimento de qualquer obrigação contratual deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e Decreto Municipal nº 5.385 de 02 de março 2015.

12.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, o credenciado habilitado ficará sujeito as seguintes penalidades:

12.2.1. Mera Advertência, por escrito;

12.2.2. Advertência por escrito com informação sobre a possibilidade da sanção de descredenciamento;

12.2.3. Descredenciamento.

12.3. Das sanções acima poderão vir cumulados, quando for o caso, ressarcimento aos usuários, acompanhantes e/ou Município de eventuais prejuízos que possa ocorrer por seu ato doloso ou culposos.

12.4. São exemplos e motivos para aplicação das sanções acima, entre outras:

12.4.1. não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento;

12.4.2. quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha concorrido diretamente;

12.4.3. descumprimento de alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal;

12.4.4. detecção pela Municipalidade de resultados errôneos ou com divergência que demonstre uma disparidade gritante e aviltante com os padrões normais;

12.4.5. reiteradas reclamações de usuários contra o atendimento efetuado pela Credenciada, quanto aos aspectos de agilidade, respeito, cordialidade, orientação, atenção, e demais exigidos para execução dos serviços.

12.4.6. não antedimento do prazo de entrega dos resultados nos termos estabelecidos pelo Município;

12.4.7. cobrança de valores ou exigências fora dos padrões estabelecidos para execução dos serviços.

12.5. As sanções deverão ser sopesadas e aplicadas de forma compatível com o ato danoso, e sempre que possível ser de forma graduada da mais branda a mais onerosa à Credenciada.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DA PREFEITURA

13.1. Constitui responsabilidade e direito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI intervir, nas hipóteses previstas em lei, quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do Edital e seus anexos e das normas legais pertinentes.

13.2. Compete à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI conferir os serviços através da fiscalização pela sua qualidade e quantidade.

13.3. Os serviços fora das especificações e condições estabelecidas serão recusados, sendo exigida a sua reparação.

13.4. Efetuar os pagamentos na data e forma pactuadas, em conformidade com as disposições editalícias.

13.5. Comunicar a credenciada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material, mão-de-obra, equipamentos e acessórios utilizados na execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A contratada somente deverá realizar os exames se as guias contiverem carimbo do mês em vigência, carimbo do Diretor do Departamento Médico e Enfermagem, carimbo da Unidade Solitante, carimbo e assinatura médica, carimbo da Prefeitura com CNPJ, carimbo e assinatura do Técnico de Enfermagem, e isenta de rasuras.

14.2. Prestar os serviços objeto da Chamada Pública conforme especificações do edital e seus anexos, em especial ao Anexo I – Termo de Referência, e de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com a legislação pertinente.

14.3. A mão-de-obra a ser empregada na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da contratada, devendo, ainda, ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com as especificações técnicas do edital.

14.4. A contratada deverá fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

14.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

14.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.



14.7. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

14.8. Arcar com todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, tais como: produtos, insumos, materiais, mão-de-obra, pagamento de seguros, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

14.9. Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.10. A contratada não poderá cobrar do usuário, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, **salvo àqueles que não se encontram descritos na Tabela de Preços praticados pelo SUS – Sistema Único de Saúde**, os quais poderão ser taxados pela proponente, mediante prévia informação e autorização do usuário.

14.11. Não se enquadra nos serviços relativos a este credenciamento o serviço de coleta domiciliar de amostras, o qual poderá ser taxado pela contratada diante das despesas de locomoção, transporte, armazenamento, etc., e **desde que informado ao usuário previamente o valor da despesa gerada**, excetuando no valor desta taxa a despesa com o exame, que estando dentro do rol da Tabela SUS será arcada pelo Município.

14.12. A contratada responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao usuário ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

14.13. A proponente deverá manter controle bem elaborado da quantidade de exames já realizados no período a fim de evitar risco de ultrapassar o teto financeiro definido.

14.14. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI sobre a execução do objeto deste contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a contratada reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificações dirigida à proponente.

14.15. É de responsabilidade exclusiva e integral da contratada a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a contratada.

14.16. A contratada fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de usuário amparado pelo Sistema Único de Saúde, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Poder Público, ressalvado as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.



14.17. Para o cumprimento do objeto deste contrato a contratada se obriga a oferecer ao usuário todo o recurso necessário ao seu atendimento.

14.18. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização das consultas, coletas, exames e procedimentos objeto deste contrato.

14.19. A contratada deverá notificar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI no prazo de 60 (sessenta) dias, contatos a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

14.20. A contratada fica obrigada a manter atualizado o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, principalmente em relação aos equipamentos existentes ou adquiridos disponíveis para atendimento do Sistema Único de Saúde e os profissionais de nível superior.

14.21. A contratada é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, município de Birigui e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.

14.22. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei nº 8078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.23. Para os serviços de análise realizados no próprio laboratório a contratada deverá disponibilizar o resultado dentro de um prazo máximo de até 03 (três) dias úteis da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.

14.24. Para os serviços de análise que necessitam envio externos aos laboratórios de apoio de outras localidades, o prazo para disponibilização do resultado deverá ser de no máximo 10 (dez) dias úteis contados da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.

14.25. A contratada deverá disponibilizar ao usuário o resultado por meios eletrônicos (internet), porém, devendo obrigatoriamente orientá-los da opção de se obter pela forma impressa, fornecendo a todos que assim o requerer.

14.26. Os resultados dos exames também deverão estar disponíveis por meios eletrônicos (internet) à todas as unidades de Saúde do Município, por meio de uma senha única, a fim de facilitar o controle da municipalidade e dos responsáveis da saúde, visando agilidade em atendimentos que demandam checagem do histórico do paciente, bem como evitar que exames sejam realizados em duplicidade por duas ou mais credenciadas a pedido do paciente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RETIFICAÇÕES OU RATIFICAÇÕES



15.1. Toda e qualquer alteração ou modificações nas condições estabelecidas no presente contrato será feita através de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1. À empresa contratada, quando se fizer necessário por impossibilidade técnica/operacional, poderá subcontratar os serviços de realização exames junto a laboratórios de apoio, ficando à sua expensas essa subcontratação, devendo respeitar as condições de preços atribuídos quando da contratação.

16.2. Poderão ser realizados serviços além do teto financeiro contratado nos casos em que o Ministério da Saúde financiar procedimentos com recursos do FAEC – Fundo de Ações Estratégicas e Compensação do Fundo Nacional de Saúde de **Extra-Teto**.

16.3. Os serviços contratados estão referidos a uma base territorial e populacional da cidade de Birigui e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da Secretaria de Saúde de Birigui, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

16.4. Mediante Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, as empresas Credenciadas deverão reavaliar a demanda reprimida, após o que poderão fazer acréscimos nos valores limites deste contrato, durante o período de sua vigência incluída as prorrogações, mediante justificativa aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

16.5. A licitante vencedora deverá possuir locais de execução dos exames em sede própria ou filial dentro do perímetro urbano desta municipalidade e esteja legalmente habilitada para tal função.

16.6. A contratada obrigatoriamente deve ter sede ou filial no município de Birigui-SP com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui, sendo vedada a participação de interessados apenas com sala ou posto de coleta em Birigui.

16.7. Fica permitido ao interessado credenciado que tenha sede ou filial no município de Birigui com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui a instalação de Postos de Coleta em atendimento à Rede de Laboratórios Clínicos instituídos pela Portaria SAS nº 788, de 23 de outubro de 2002 e que sua Estrutura Física atenda a RDC 50/2002 ANVISA/MS.

16.8. A contratada deverá ter quantidade de funcionários suficientes tanto da área técnica como administrativa para recepção dos pacientes e realização dos exames, e obedecendo ao fluxo dos procedimentos para atender a capacidade de execução dos exames solicitados.

16.9. A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária para a execução dos exames.

16.10. A contratada responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venham a causar a terceiros, por culpa, negligência ou imperícia;



16.11. Os exames serão agendados e quando houver urgência dentro do horário de atendimento, a empresa deverá atender.

16.12. A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Saúde e para a realização do mesmo, ficará assegurado o direito de exigir o cumprimento integral do Plano de Trabalho e também das normas técnicas de execução dos serviços.

16.13. Será autorizado à contratada, a qualquer momento da vigência contratual, protocolar nova relação acrescentando os exames que CONCORDAM EM REALIZAR PELO PREÇO DEFINIDO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, que serão juntados à relação original.

16.14. No caso de supressão do rol de exames realizáveis, deverá a empresa protocolar com antecedência mínima de 15 dias (visto a possibilidade de guias já se encontrarem em poder dos Munícipes/Pacientes) o pedido, com justificativa técnica da impossibilidade de se continuar executando tais exames, carreando com comprovantes do alegado, endereçando à Comissão dos Gestores do Contrato, que emitirá parecer acerca do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes, observado o regime jurídico administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:

18.1. Nos casos de dúvidas a respeito deste contrato e para dirimi-las, fica escolhido de comum acordo entre as partes, o FORO da Comarca de Birigui, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. Constituem, para fins de saneamento de dúvidas acerca desta contratação, parte integrante dos regramentos o Edital, e seus respectivos Anexos.

19.2. As partes contratantes, de comum acordo com os termos deste Contrato e às normas da Lei Federal n.º 8.666/93 e as condições estabelecidas no **CHAMADA PÚBLICA N.º -----/2017**, assinam o mesmo em três vias de igual teor e para um só efeito.

Birigui de de 2017.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Pág. 12

CRISTIANO SALMEIRÃO

- PREFEITO MUNICIPAL -

GILMAR TRECCO CAVACA

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE -

CONTRATADA